

Quórum indispensável

O Congresso Nacional, pressionado pelas demandas da campanha eleitoral, pela Copa do Mundo e pelo recesso iminente, enfrenta o previsível esvaziamento nesta virada de semestre. Sem que se entre no mérito sobre se têm ou não os parlamentares o direito de praticamente suspenderem suas atividades Legislativas seis meses antes do final de seu mandato, há uma questão que tem que ser abordada: o Legislativo precisa apreciar uma série de matérias nos próximos dias sob pena de causar graves prejuízos à Nação.

Já na semana que passou, mais exatamente na quinta-feira, sessões em marcha forçada permitiram que 13 medidas provisórias, algumas reeditadas várias vezes, fossem aprovadas. Se esse esforço concentrado, que, em diversos casos leva à votação de matérias por voto de liderança, tem o aspecto positivo de limpar a pauta do Congresso e de suas casas, envolve também alguns riscos. O recurso aos votos de liderança transforma a maioria dos parlamentares em meros figurantes. Diante dessa situação, muitos liderados podem optar por se dedicarem exclusivamente as suas campanhas, deixando de comparecer ao plenário. O problema é que, neste caso, aumentam os riscos de falta de quórum para as votações.

Dentre as matérias pendentes de apreciação pelo Congresso, a mais importante é indiscutivelmente o Orçamento da União. Não é preciso relembrar as circunstâncias que fizeram com que o País ainda não tenha um Orçamento, decorridos quase seis meses do início do ano fiscal. O fato é, em si, um absurdo. Não se pode esquecer, contudo, que o Congresso não pode legalmente encerrar a sessão legislativa referente ao primeiro semestre sem ter aprovado o projeto de Orçamento. Isto significa que, se não houver quórum nos próximos dias, a sessão legislativa terá que ser prorrogada, alterando o recesso durante o qual os parlamentares-candidatos poderiam se dedicar exclusivamente à campanha. Situação semelhante ocorrerá se o Executivo for obrigado a editar ou a reedi-

tar alguma Medida Provisória, o que tornará necessária a convocação do Congresso em meio ao recesso.

A presença de parlamentares em Brasília nos próximos dias é, pelas razões expostas, crucial. Se isso não acontecer pela iniciativa individual de cada deputado ou senador, os presidentes das duas Casas e as lideranças partidárias serão obrigados a desgastantes convocações — inclusive através dos meios de comunicação — que não deixarão de contribuir para afetar negativamente a já má imagem do Legislativo e dos políticos junto à opinião pública. Isso significa que os parlamentares devem comparecer ao Congresso nos próximos dias. Se não for por consciência de seu dever, que seja por interesse pessoal, pois cada sessão prejudicada pela falta de quórum significará maiores dificuldades para convencer um eleitorado que se encontra bastante arredio.

Outro aspecto para o qual os deputados e senadores, as assessorias parlamentares do Governo e a opinião pública devem estar atentos nos próximos dias — por mais envolvente que seja a Copa do Mundo de futebol — é o conteúdo dos textos em apreciação, sejam eles a proposta de Orçamento, medidas provisórias ou quaisquer outros documentos legislativos. Sabem as pessoas que têm alguma experiência no acompanhamento das atividades do Congresso Nacional como os períodos de “esforço concentrado” se prestam a autênticas barbaridades, algumas provocadas por equívocos de redação, falta de atenção a certos pontos; mas muitos também devidos a “contrabandos”. Os orçamentos do período investigado pela CPI, que está provocando a cassação de diversos parlamentares, são exemplares a esse respeito. Mas não é o único caso. O País precisa de leis e de Orçamentos, mas de leis e Orçamentos bem-feitos e não de textos inaplicáveis, que exijam remendos feitos às pressas ou de atos que, por esperteza de uns e negligência de outros, acarretem vantagens indevidas para poucos e prejuízos para quase todos.